

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.500.598 - RS (2014/0167133-0)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : WALQUES BATISTA DOS SANTOS
RECORRENTE : MARIA DELOURDES SANTOS SANTOS
RECORRENTE : MORGAN FLORY BATISTA DOS SANTOS
ADVOGADO : ADILSON MACHADO E OUTRO(S) - RS045588
RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : MARCELO AUGUSTO MEZACASA E OUTRO(S) - RS061732

EMENTA

CIVIL. PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/73.** AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO DE MÚTUO HABITACIONAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. ARTS. 130 E 330 DO CPC/73. CERCEAMENTO DE DEFESA. TRIBUNAL DE ORIGEM QUE CONCLUIU PELA EXISTÊNCIA DE PROVAS SUFICIENTES PARA O DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. PLANO DE EQUIVALÊNCIA SALARIAL (PES/CP) É APLICÁVEL PARA O REAJUSTE DAS PRESTAÇÕES MENSAIS. PRECEDENTES. SÚMULA Nº 568 DO STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. POSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA DA TR ANTES DA LEI N.º 8.177/91, QUANDO PACTUADA A UTILIZAÇÃO DO MESMO ÍNDICE APLICÁVEL À CADERNETA DE POUPANÇA. TABELA PRICE. LEGALIDADE. ANÁLISE. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. APURAÇÃO. MATÉRIA DE FATO. CLÁUSULAS CONTRATUAIS E PROVA. SEGURO DE ACORDO COM A TABELA DA SUSEP. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. INCIDÊNCIA DO CDC E DA REPETIÇÃO DO INDÉBITO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. SÚMULA Nº 568 DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

DECISÃO

WALQUES BATISTA DOS SANTOS e outros (WALQUES e outros) ajuizaram ação de revisão de contrato de financiamento vinculado ao SFH contra CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) pretendendo a exclusão das cláusulas abusivas.

Em primeiro grau, a ação foi julgada parcialmente procedente apenas para declarar a exclusão da capitalização de juros; exclusão do CES e determinar a compensação dos valores pagos a maior.

Superior Tribunal de Justiça

As partes apelaram e o TRF da 4ª região deu parcial provimento ao recurso da CEF e negou provimento ao de WALQUES e outros em acórdão, assim ementado:

DIREITO ADMINISTRATIVO. SFH. REVISÃO CONTRATUAL. CDC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. RESTITUIÇÃO DE VALORES EM DOBRO. ANATOCISMO. MOMENTO DA AMORTIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR. TR. SALDO DEVEDOR. CRITÉRIO DE REAJUSTE. SEGURO. CES. JUROS. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. AGRAVO RETIDO - PERÍCIA.

1. O art. 23 da Lei 8.004/90 prevê expressamente a possibilidade de restituição dos valores eventualmente pagos a maior pelo mutuário, mas não em dobro. Ademais, no caso dos autos, restou comprovado que não há valores a repetir.

2. É vedada a prática de anatocismo, todavia, nem a simples utilização da tabela Price, nem a dicotomia - taxa de juros nominal e efetiva - são suficientes a sua caracterização. Somente o aporte dos juros remanescentes decorrentes de amortizações negativas para o saldo devedor caracteriza anatocismo. No caso dos autos, o exame das planilhas de evolução do financiamento demonstram sua ocorrência.

3. O saldo devedor deve primeiro sofrer correção monetária, para após ser amortizado.

4. Legítima a utilização da TR como indexador, enquanto índice utilizado para atualização dos depósitos de poupança, conforme contratado.

5. Tendo o contrato habitacional cláusulas distintas de reajuste das prestações e do saldo devedor, em respeito ao necessário equilíbrio das fontes de financiamento do SFH, não é possível corrigir o saldo devedor pelos mesmos critérios de correção dos encargos mensais.

6. Mantida a cobrança do seguro conforme contratado, por inerente ao SFH, não havendo falar em excessividade do valor cobrado, haja vista tratar-se de espécie sui generis, sem similar no mercado.

7. Não havendo previsão contratual, o CES deve ser excluído do contrato.

8. Inexiste a limitação pretendida da taxa de juros em 10%, devendo ser mantida a taxa contratada.

9. Caso as provas trazidas aos autos forem suficientes para elucidar as questões controvertidas, o juiz poderá dispensar a realização da prova pericial (e-STJ, fl. 325).

Os embargos de declaração opostos pelas partes foram parcialmente providos, apenas com o fim exclusivo de prequestionamento (e-STJ, fls. 365/368).

Superior Tribunal de Justiça

Irresignados, WALQUES e outros interpuseram recurso especial com fulcro no art. 105, III, *a e c*, da CF, sustentando (1) a violação dos arts. 130 e 330, ambos do CPC/73 pela não realização de prova pericial; (2) que o pedido do recálculo do saldo devedor em conformidade com o contrato que visa o reajuste pelo PES/CP, devendo ser reajustado pelos índices aplicados pelo agente financeiro no reajuste das prestações. Isto com o fim de manter o equilíbrio contratual, sob pena de contrariar o artigo 9º, *caput*, da Lei nº 4.380/64; (3) a aplicabilidade dos índices ilegais da TR no reajuste do saldo devedor, em contrato de financiamento habitacional firmado em data anterior a 1991 e reajuste do saldo devedor pela equivalência salarial, nos termos do art. 5º, *c*, da Lei nº 4.380/64; (4) a exclusão da capitalização de juros existente na aplicação de taxa de juros efetiva que é a taxa nominal capitalizada e na própria Tabela Price (que contém juros exponenciais e capitalizados em sua fórmula), bem como, aplicados juros simples, sob pena de contrariar o artigo 4º do Decreto nº 22.626/33 e a Súmula nº 121 do STF; (5) a limitação da taxa efetiva de juros em 10% a.a., em contrariedade ao art. 6º da Lei 4.380/64 e dissídio jurisprudencial; (6) pedido de recálculo do valor do seguro de acordo com a Tabela da SUSEP, sob pena de contrariar o art. 778 do CC/02; (7) aplicabilidade das disposições da Lei nº 8.078/90, sob pena de contrariar os artigos 2º, 3º, 29, 46, 47, 51 e 54 da referida lei e a súmula 297 do STJ; (8) o reconhecimento da repetição do indébito em dobro, sob pena de contrariar o artigo 42 e parágrafo único do CDC e Súmula 297 do STJ; e, (9) a condenação em sucumbência mínima e impossibilidade de compensação, sob pena de contrariar o artigo 20 do CPC/73 e art. 23 da Lei nº 8.906/94.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

(1) Do cerceamento de defesa

WALQUES e outros sustentaram a violação dos arts. 130 e 330, ambos do CPC/73 pela não realização de prova pericial.

O TRF da 4ª região afastou a alegação de cerceamento de defesa

Superior Tribunal de Justiça

porque as provas apresentadas era suficientes para a elucidação das questões controvertidas, confira-se:

Agravo retido - perícia

Primeiramente é de se dizer que a jurisprudência é pacífica no sentido de que, inconsistente a prova dos autos, o Juiz poderá determinar a realização de perícia técnica, na forma do art. 420 e seguintes do CPC, ainda que não tenha obrigação de vincular sua decisão ao laudo pericial.

Todavia, caso as provas trazidas aos autos forem suficientes para elucidar as questões controvertidas, o juiz ainda poderá dispensar a realização da prova pericial e mesmo a sua complementação e motivar a decisão, apresentando as razões de seu convencimento, sem que a decisão importe cerceamento do direito de defesa da parte que a requereu. Com mais razão ainda, pode o Juiz indeferir o pedido de exame da impugnação ao trabalho pericial feito pelas partes e mesmo restar indefinidamente a responder questões das mesmas.

Muito mais no caso, onde não é necessário saber se foi respeitado o PES [...] (e-STJ, fl. 316).

Quanto ao ponto, o art. 370 do NCPC (antigo 130 do CPC/73) consagra o princípio do livre convencimento motivado, segundo o qual o juiz é livre para apreciar as provas realizadas e para indeferir diligências que entenda inúteis ou meramente protelatórias, o que não caracteriza cerceamento de defesa, entendimento que encontra-se em consonância com a jurisprudência deste Sodalício.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTRATAÇÃO FRAUDULENTA DE CARTÃO DE CRÉDITO. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA DO NOME NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS. VALOR. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INOVAÇÃO RECURSAL. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A revisão das conclusões estaduais - acerca da inexistência de cerceamento de defesa por falta de perícia - demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na via estreita do recurso especial, ante o óbice disposto na Súmula 7/STJ.

2. Constatado que a agravante se utiliza do presente recurso para inaugurar o debate de questão não arguida por ocasião da interposição do recurso especial, é caso de incidência do instituto da preclusão consumativa, ante a evidente inovação recursal.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

Superior Tribunal de Justiça

(AgInt no AREsp 1.327.163/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 12/11/2018, DJe 16/11/2018)

Ademais, nesta esfera recursal não é possível rever as conclusões do TRF da 4ª região quanto à existência de provas suficientes para o julgamento da lide e, virtude do óbice da Súmula n.º 7 do STJ.

Afasta-se a alegada violação.

(2) e (3) Do PES/CP e da TR

WALQUES e outros afirmaram a necessidade de recálculo do saldo devedor em conformidade com o contrato que visa o reajuste pelo PES/CP, devendo ser reajustado pelos índices aplicados pelo agente financeiro no reajuste das prestações. Isto com o fim de manter o equilíbrio contratual, sob pena de contrariar o artigo 9º, *caput*, da Lei nº 4.380/64.

Afirmaram, ainda, a aplicabilidade dos índices ilegais da TR no reajuste do saldo devedor, em contrato de financiamento habitacional firmado em data anterior a 1991 e reajuste do saldo devedor pela equivalência salarial, nos termos do art. 5º, c, da Lei nº 4.380/64.

Contudo, sem razão.

O TRF da 4ª região concluiu que não há suporte legal para o reajuste do saldo devedor pelo mesmo critério utilizado para reajustes das prestações, confira-se:

Atualização do saldo devedor pelo PES/CP. Impossibilidade.
Não há suporte legal para o reajuste do saldo devedor pelo mesmo critério utilizado para os reajustes das prestações.
O contrato em questão, e os demais vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação, têm cláusulas distintas de reajuste das prestações e do saldo devedor. São cláusulas de adoção obrigatória pelo agente financeiro e de adesão para os mutuários. As prestações, em regra, vinculam-se ao Plano de Equivalência Salarial por Categoria Profissional (PES/CP), ou ao Plano de Comprometimento de Renda (PCR). Para manter o equilíbrio financeiro da fonte de financiamento, cadernetas de poupança ou FGTS, o saldo devedor, em regra, é reajustado pela Taxa Referencial. A aplicação do índice de reajuste das prestações no saldo devedor, sem previsão contratual ou legal, implica interferência na política habitacional e repercussão indesejável na fonte de financiamento. Além disso, a generalização dessa sistemática pode alcançar mutuários que, à toda evidência, não necessitam de subsídio público para aquisição

Superior Tribunal de Justiça

da casa própria, daí porque, apenas o Poder Executivo, na execução da política habitacional e autorizado por lei, pode estabelecer faixas de rendas e outros requisitos para a concessão de financiamentos subsidiados com dinheiro público. Inviável, pois, desconsiderando-se a disciplina prevista no contrato, determinar-se que o saldo devedor seja reajustado pelas mesmas regras dos reajustes dos encargos mensais, como já decidiu o Superior Tribunal de Justiça: [...] (e-STJ, fl. 320).

O acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento desta Corte quanto à incidência do PES, quando contratado, somente para reajustar o valor das prestações mensais do financiamento, e não o do saldo devedor.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. CES. PES-CP. TABELA PRICE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. REPETIÇÃO DO INDÉBITO SIMPLES. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE MÁ-FÉ. RECURSO NÃO PROVIDO.

O Plano de Equivalência Salarial é aplicável para o reajuste das prestações mensais, não servindo para reajuste do saldo devedor, o qual é feito por índice pactuado pelas partes. Precedentes. Pactuada a correção monetária nos contratos do SFH pelo mesmo índice aplicável à caderneta de poupança, incide a taxa referencial (TR) a partir da vigência da Lei n. 8.177/1991 (Súmula 454/STJ). É pacífica a jurisprudência deste Tribunal Superior no sentido de que a cobrança do CES - Coeficiente de Equiparação Salarial é válida quando existir expressa previsão contratual. Nos contratos vinculados ao SFH, a atualização do saldo devedor antecede sua amortização pelo pagamento da prestação (Súmula 450/STJ). A questão da capitalização dos juros/Tabela Price encontram óbice nas Súmulas 5 e 7/STJ. O art. 4º do Decreto-lei n. 22.626/1933 não foi examinado no acórdão recorrido, de modo que carecem de prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF). A repetição do indébito em dobro pressupõe cobrança indevida por má-fé do credor, o que não ficou demonstrado nos autos. 8. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.640.506/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 21/11/2017, DJe 23/11/2017)

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. CRITÉRIOS DE CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA. SÚMULA 168/STJ.

1. O recurso não reúne condições de ser conhecido quanto à irresignação relativa à verba honorária, porque na análise dos

Superior Tribunal de Justiça

embargos de divergência é imprópria a discussão sobre regra de conhecimento de recurso especial. Assim, não há dissídio entre acórdão que não conhece do recurso especial por ausência de prequestionamento, por exemplo, e outro que ultrapassa o juízo de conhecimento e adentra o mérito recursal.

2. Não prospera a assertiva de que o reajuste do saldo devedor do mútuo vinculado ao SFH deve ser realizado com base no Plano de Equivalência Salarial (PES), pois a jurisprudência torrencial desta Corte orienta-se no sentido de que o reajuste deve ser realizado com espeque no índice da caderneta de poupança, desde que previsto em contrato. Precedentes: AgRg nos EREsp 772.260/SC, Corte Especial, Rel. Min. Francisco Falcão, DJU de 16.04.07; AgRg no REsp 935.357/RS, Segunda Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 23.10.09; REsp 990.331/RS, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 02.10.08; AgRg no REsp 1.059.765/RS, Rel. Min. Sidnei Beneti, Terceira Turma, DJe de 06.11.08; AgRg no REsp 916.618/SC, Rel. Min. Nancy Andrigui, Terceira Turma, DJU de 18.12.07; AgRg no REsp 957.844/RS, Quarta Turma, Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, DJU de 08.10.07; REsp 576.638/RS, Quarta Turma, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJU de 23.05.05; REsp 643.273/SC, Quarta Turma, Aldir Passarinho Júnior, DJe de 16.11.09; REsp 418.116/SC, Terceira Turma, relator Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, DJU de 11.04.05. (EResp 979.255/SC, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, Corte Especial, DJe 22/6/2011)

Ademais, a jurisprudência desta Corte orienta que é possível a aplicação da TR como índice de reajuste do saldo devedor quando pactuado o mesmo índice aplicável às Cadernetas de Poupança, como se verificou no caso em apreço, visto que o TRF da 4ª região consignou que "*foi pactuado o reajuste da dívida pelos coeficientes aplicáveis aos depósitos de caderneta de poupança*" (e-STJ, fls. 319/320).

Novamente, o acórdão está em consonância com o entendimento firmado no STJ. Confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. SALDO DEVEDOR. CORREÇÃO MONETÁRIA. POSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA DA TR ANTES DA LEI N.º 8.177/91, QUANDO PACTUADA A UTILIZAÇÃO DO MESMO ÍNDICE APLICÁVEL À CADERNETA DE POUPANÇA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 168/STJ.

1. A Segunda Seção deste Superior Tribunal de Justiça, em atenção à jurisprudência consolidada desta Corte, no julgamento no Recurso Especial Repetitivo 969.129/MG firmou entendimento de que, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, é cabível a aplicação da TR ainda que o contrato tenha sido firmado antes

Superior Tribunal de Justiça

da Lei n.º 8.177/91, desde que haja previsão contratual de correção monetária pela taxa básica de remuneração dos depósitos em poupança, sem nenhum outro índice específico.

2. Agravo regimental improvido.

(AgRg nos EAg 871.562/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Corte Especial, DJe 30/6/2011)

Incide quanto ao ponto o óbice da Súmula nº 568 do STJ.

(4) e (5) Da tabela price e da limitação dos juros

WALQUES e outros aduziram a exclusão da capitalização de juros existente na aplicação de taxa de juros efetiva que é a taxa nominal capitalizada e na própria Tabela Price (que contém juros exponenciais e capitalizados em sua fórmula), bem como, aplicados juros simples, sob pena de contrariar o artigo 4º do Decreto nº 22.626/33 e a Súmula nº 121 do STF. Alegam a necessidade de limitação da taxa efetiva de juros em 10% a.a, sob pena de contrariar o art. 6º da Lei nº 4.380/64.

O TRF da 4ª região consignou que a Lei nº 4.380/64 não limitou os juros em 10%, devendo ser mantida a taxa contratada, confira-se:

Limitação da Taxa de juros em 10% nos Contratos do SFH

No tocante à pretensão de limitação da taxa de juros em 10%, em face do disposto na Lei 4.380/64, art. 6º, alínea e, relativamente aos financiamentos do SFH, anoto que vinha entendendo devida nos contratos assinados até a Lei 8.692/93, que em seu art. 25 alterou esse limite para 12% a.a..

Todavia, a matéria restou pacificada no STJ em sentido oposto a essa posição, a partir da decisão abaixo, proferida pela Egrégia Segunda Seção, por meio do EREsp n. 415.588/SC:

Embargos de divergência. Interpretação do art. 6º, e), da Lei nº 4.380/64. Sistema Financeiro da Habitação.

1. Induvidosa a divergência entre o acórdão embargado e o paradigma sobre o alcance do artigo 6º, e), da Lei nº 4.380/64.

2. O referido dispositivo não estabelece limitação da taxa de juros, apenas dispõe sobre as condições para a aplicação do reajuste previsto no artigo 5º da mesma Lei.

3. Embargos de divergência conhecidos e providos.

(EREsp 415588/SC, Rei Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Segunda Seção, julg. em 24/09/2003, publ. in DJ de 01.12.2003, p. 257)

Portanto, firme a exegese de que o art. 6º, 'e', da Lei n. 4.380/64, não limitou em 10% os juros remuneratórios incidentes sobre os contratos como o ora apreciado, devendo prevalecer a taxa estipulada entre as partes [...] (e-STJ, fl. 323).

Superior Tribunal de Justiça

Assim, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento firmado nesta quanto a ausência de limitação de juros remuneratórios nos contratos de mútuo habitacional.

Confira-se o seguinte precedente:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. JUROS REMUNERATÓRIOS. AUSÊNCIA DE LIMITAÇÃO. TAXA REFERENCIAL (TR). LEGALIDADE. SUCUMBÊNCIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. "O art. 6º, alínea 'e', da Lei 4.380/64, não estabelece limitação dos juros remuneratórios" (REsp 1.070.297/PR, representativo da controvérsia).

2. É possível a aplicação da Taxa Referencial (TR) para correção do saldo devedor de contrato de mútuo habitacional vinculado ao Sistema Financeiro da Habitação, ainda que firmado antes da vigência da Lei 8.177/91, desde que pactuado o mesmo índice aplicável à caderneta de poupança (REsp 969.129/MG, representativo da controvérsia).

3. A apreciação, em recurso especial, do quantitativo em que autor e réu saíram vencedores ou vencidos na demanda, bem como da existência de sucumbência mínima ou recíproca, esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 514.838/GO, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Quarta Turma, j. 17/4/2018, DJe 23/4/2018)

Ademais, o exame quanto à incidência da TR, na linha dos precedentes desta Corte Superior, esbarra, necessariamente na aplicação das Súmulas nºs 5 e 7 do STJ.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente da Corte Especial:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. RESOLUÇÃO STJ N. 8/2008. TABELA PRICE. LEGALIDADE. ANÁLISE. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. APURAÇÃO. MATÉRIA DE FATO. CLÁUSULAS CONTRATUAIS E PROVA PERICIAL.

1. Para fins do art. 543-C do CPC: 1.1. A análise acerca da legalidade da utilização da Tabela Price - mesmo que em abstrato - passa, necessariamente, pela constatação da eventual capitalização de juros (ou incidência de juros compostos, juros sobre juros ou anatocismo), que é questão de fato e não de direito, motivo pelo qual não cabe ao Superior Tribunal de Justiça

Superior Tribunal de Justiça

tal apreciação, em razão dos óbices contidos nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

(REsp 1.124.552/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Corte Especial, DJe 2/2/2015)

O acórdão deve ser mantido quanto ao ponto.

(6) Da tabela da SUSEP

WALQUES e outros afirmaram a necessidade de recálculo do valor do seguro de acordo com a Tabela da SUSEP, sob pena de contrariar o art. 778 do CC/02.

Constou no acórdão recorrido que não houve comprovação de que tenha havido desobediência as regras da SUSEP, confira-se:

Por fim, a alegação de que os valores cobrados são excessivos em relação aos valores de mercado não impressiona, na medida em que, inclusive, trata-se o seguro questionado de espécie sui generis, sem similares que ofereçam as mesmas coberturas e garantias. Ademais, o valor inicial segue regras da SUSEP para sua fixação, que levam em conta o valor do imóvel e o valor financiado, sendo que a parte autora não logrou comprovar tenha havido desobediência a essas regras [...] (e-STJ, fl. 322).

Não há como rever as conclusões do TRF da 4ª região quanto ao ponto em virtude do óbice da Súmula nº 7 do STJ.

(7) e (8) Do CDC e da repetição do indébito

WALQUES e outros a aplicabilidade das disposições da Lei nº 8.078/90, sob pena de contrariar os artigos 2º, 3º, 29, 46, 47, 51 e 54 da referida lei e a súmula 297 do STJ. Aduziram a necessidade de o reconhecimento da repetição do indébito em dobro, sob pena de contrariar o artigo 42 e parágrafo único do CDC e Súmula 297 do STJ.

O TRF da 4ª região consignou no acórdão recorrido que, não tendo sido reconhecida qualquer abusividade no contrato, não há como ser admitida a repetição do indébito, como pretendido pela parte (e-STJ, fls. 317/318).

Novamente o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento firmado nesta Corte quanto à incidência da repetição em dobro do indébito somente quando comprovado que a cobrança excessiva se deu por má-fé, hipótese afastada no caso em apreço.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. SFH. REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. INCIDÊNCIA DO CDC. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. PES. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. SEGURO OBRIGATÓRIO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AGRAVO IMPROVIDO.

1. O julgamento da lide, com indeferimento da realização de prova pericial, não importa cerceamento de defesa quando o juiz da causa, diante do cenário fático-probatório existente, haja concluído pela existência de elementos suficientes à formação de sua livre convicção motivada. Incide, nesse campo, o princípio da persuasão racional cujo mérito não pode ser revisto em recurso especial, consoante dispõe a Súmula n. 7/STJ.

2. A pretensão de incidência do CDC, no caso concreto, não tem repercussão prática, porque o exame da abusividade das cláusulas não é feito à luz das regras protetivas desse diploma legal.

3. O Tribunal de origem não examinou de modo expresse a possibilidade de, com base no PES, reajustar as parcelas em conformidade com a variação do salário mínimo. O tema carece, portanto, do devido prequestionamento, o que atrai a incidência das Súmulas n. 282 e 356/STF.

4. O PES somente pode ser utilizado para calcular as prestações mensais do mútuo, não para reajustar o saldo devedor, que será corrigido de acordo com o indexador pactuado pelas partes. Precedentes.

5. As instâncias de origem já determinaram o afastamento da capitalização decorrente das amortizações negativas mediante a criação de uma conta apartada referente aos juros não pagos em cada mês. As razões recursais não buscaram demonstrar que essa medida seria insuficiente para impedir uma suposta capitalização decorrente da utilização da Tabela Price e da taxa efetiva de juros. Incide, assim, a Súmula n. 283/STF.

6. A alegação de que estaria sendo descumprida a tabela da SUSEP no reajuste das parcelas do seguro habitacional esbarra na Súmula n. 7/STJ.

7. A repetição em dobro do indébito somente é cabível quando comprovado que a cobrança excessiva se deu por má-fé. Precedentes.

8. Quanto à divisão dos ônus de sucumbência, segundo a jurisprudência do STJ, a aferição do percentual em que cada litigante foi vencedor ou vencido ou a conclusão pela existência de sucumbência mínima ou recíproca das partes é questão que não comporta exame em recurso especial, por envolver aspectos fáticos e probatórios, aplicando-se à hipótese a Súmula n. 7/STJ.

9. Agravo regimental a que se nega provimento.

Superior Tribunal de Justiça

(AgRg no AREsp 592.212/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 17/5/2016, DJe 31/5/2016)

Mantido o acórdão recorrido, fica prejudicada a análise da condenação na sucumbência mínima e impossibilidade de compensação.

Nessas condições, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso especial

Publique-se. Intimem-se

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

